

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 3 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-902-8

DOI 10.22533/at.ed.028211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

O terceiro volume apresenta 23 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Serviço Social e Formação Profissional que apresenta oito artigos discutindo os fundamentos ontológicos da racionalidade burguesa, o método em Marx, a construção da identidade profissional, o Projeto Ético Político, Determinantes Raciais, acessibilidade cultural e as implicações e rebatimentos na formação profissional do Assistente Social.

O segundo eixo temático coloca em evidência através de oito artigos a discussão Serviço Social e Políticas Públicas com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de direitos humanos, assistência estudantil, sindicalismo, situação migratória, extensão universitária e adoção.

O terceiro eixo temático coloca em evidência, através de três artigos a temática do Serviço Social e Racismo Estrutural discutindo ações afirmativas, medidas socioeducativas e estereótipos de classe e raça.

O quarto eixo temático Políticas Sociais e Defesa de Direitos apresenta quatro experiências de trabalho com projetos voltados para revisão do Plano Diretor, PET Engenharias, Multiculturalismo e Cuidado através das Redes Sociais.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1..... 1

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA RACIONALIDADE BURGUESA DECADENTE E O SERVIÇO SOCIAL

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas
André Monteiro Moraes
Analice Barreto de Moura Costa Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0282115031

CAPÍTULO 2..... 12

O MÉTODO DE MARX E O SERVIÇO SOCIAL

Rafaela Vieira

DOI 10.22533/at.ed.0282115032

CAPÍTULO 3..... 20

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE OFENSIVA NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DOS REBATIMENTOS FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Gabrielle Chaves Silva
Mayra Hellen Vieira de Andrade
Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti
Carina Felix Bezerra
Kíssia Wendy Silva de Sousa
Maria Gabriella Florencio Ferreira
Maria de Medeiros Martins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Rafaela Leandro Pereira
Paloma Lima dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115033

CAPÍTULO 4..... 32

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Érica Pollyana Oliveira Nunes
Lara Iara Gomes Borges
Eliane Marques de Menezes Amicucci

DOI 10.22533/at.ed.0282115034

CAPÍTULO 5..... 44

DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Evelyn Secco Faquin
Líria Maria Bettiol Lanza

DOI 10.22533/at.ed.0282115035

CAPÍTULO 6..... 50

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DETERMINAÇÕES RACIAIS, PATRIARCAIS E CLASSISTAS COMO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Vanessa Bezerra de Souza
Marco Antonio da Silva Santos
Luana Fernandes Pereira
Angela Carvalho de Almeida Coelho

DOI 10.22533/at.ed.0282115036

CAPÍTULO 7..... 57

SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993

Diego Augusto Rivas dos Santos
Vaniele Soares da Cunha Copello

DOI 10.22533/at.ed.0282115037

CAPÍTULO 8..... 69

ALÉM DO QUE SE VÊ: ACESSIBILIDADE CULTURAL, UMA DISCIPLINA PREMENTE AO SERVIÇO SOCIAL

Ellen Soares Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115038

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 9..... 81

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: A GARANTIA DE DIREITOS SOB A LUZ DO CAPITAL

André Monteiro Moraes
Adaíres Eliane Dantas dos Santos
Ana Carolina Gaia de Sousa
Jéssica Rafaela Maciel Gomes
Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues
Tatiany Fernandes Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0282115039

CAPÍTULO 10..... 90

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPO DE CRISE DO CAPITAL: A REALIDADE DA UFRN

Maria Aparecida do Nascimento Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150310

CAPÍTULO 11 99

OS DESAFIOS ÉTICOS-POLÍTICOS NA INTERIORIZAÇÃO DO CRESS 3ª REGIÃO NO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ

Rita Wigna de Souza Silva
Alessandra Carvalho Nobrega Duarte

Leidiana do Nascimento Pinto
Margarida Emília Albano
Carlos Silva Barbosa
Francisco Natanel Lopes Ribeiro
Jani Mesquita Rodrigues
Fernanda Maria Magalhães Silveira
Iara Leite de Sousa
Raquel Leite Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.02821150311

CAPÍTULO 12..... 110

REFLEXÕES SOBRE ESTADO E SINDICALISMO NO BRASIL

Albany Mendonça Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150312

CAPÍTULO 13..... 122

TERCEIRO SETOR E ESTADO MÍNIMO: BREVE ANÁLISE SOBRE A INSTITUIÇÃO
CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Aldení Gomes de Araújo Júnior

Nadir Mayara de Medeiros Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.02821150313

CAPÍTULO 14..... 133

RESPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA VENEZUELANA
EM MANAUS

Andreia Cristina Gomes Taniguchi

Janaina Zildeia da Silva Paiva

DOI 10.22533/at.ed.02821150314

CAPÍTULO 15..... 142

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA
EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA À COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE
CAMPINA GRANDE-PB

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Erika Rafaela Sousa Ataíde

Cristiane Tavares de Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.02821150315

CAPÍTULO 16..... 152

FILHO DO AFETO: RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM CASO DE ADOÇÃO
HOMOFETIVA

Arlete Lima Cândido

Rosimeri Limeira Ramos

DOI 10.22533/at.ed.02821150316

SERVIÇO SOCIAL E RACISMO ESTRUTURAL

CAPÍTULO 17..... 157

A DIMENSÃO AFIRMATIVA DAS AÇÕES: MOVIMENTOS SOCIAIS E AFROCIDANIZAÇÃO

Reinaldo da Silva Guimarães

Luciene Gustavo Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150317

CAPÍTULO 18..... 170

NEGRO, EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS: AINDA PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

Ana Carolina Tavares de Mello

DOI 10.22533/at.ed.02821150318

CAPÍTULO 19..... 181

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO E OS ESTERÓTIPOS DE CLASSE E RAÇA

Adriano Pereira Basilo de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.02821150319

POLITICAS SOCIAIS E DEFESA DE DIREITOS

CAPÍTULO 20..... 193

O DESAFIO DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LONDRINA/PR - 2018/2028

Ideni Terezinha Antonello

Léia Aparecida Veiga

Alan Alves Alievi

DOI 10.22533/at.ed.02821150320

CAPÍTULO 21..... 204

ATIVIDADES SOCIAIS E O GRUPO PET: ABORDAGEM REALIZADA PELO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA

Guilherme Gil Fernandes

Mikelly Bonfim Anjos

Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior

Felipe Gonçalves Moura

Julianny de Souza Oliveira

Thavane Ferreira de Almeida

Lara de Oliveira Carvalho

Pedro Henrique Rocha Chaves

Luca de Almeida Brito

Marília Aguiar Rodrigues

Alex França Andrade

Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150321

CAPÍTULO 22.....	209
MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS DESTA RELAÇÃO DE CRISE	
Viviane Bernadeth Gandra Brandão Iara Soares de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02821150322	
CAPÍTULO 23.....	220
CONFIGURAÇÃO DO CUIDADO POR MEIO DAS REDES SOCIAIS DE APOIO ÀS MULHERES IDOSAS QUE RESIDEM SOZINHAS	
Luana Fernandes Silva Paes Simone Caldas Tavares Mafra Mariana de Paula Oliveira Reinaldo Antônio Bastos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.02821150323	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

Data de aceite: 01/03/2021

Albany Mendonça Silva

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira-Bahia
<http://lattes.cnpq.br/4198535318645664>

RESUMO: Este artigo discute a relação entre Estado e Sindicato, no contexto de crise do capital, na perspectiva de problematizar o processo de lutas de classes e os rumos do sindicalismo no campo da resistência dos trabalhadores. Tal perspectiva se fundamenta na Teoria Crítica, pois esta possibilita estabelecer as mediações necessárias para analisar as questões centrais que têm impulsionado tal dinâmica.

PALAVRAS – CHAVE: Crise do Capital- Estado- Sindicalismo.

REFLECTIONS ON STATE AND TRADE UNION IN BRAZIL

ABSTRATC: This article discusses the relationship between State and Union in the context of capital crisis, with a view to problematizing the process of class struggle and the direction of trade unionism in the field of workers' resistance. This perspective is based on the Critical Theory, since it makes it possible to establish the necessary mediations to analyze the central issues that have driven such dynamics.

KEYWORDS: Crisis of Capital- State- Syndicalism.

1 | INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo, marcado por transformações societárias que alteram significativamente o processo de produção e organização da classe trabalhadora, impactou diretamente o processo de organização sindical de duas formas: a) determinou o refluxo do movimento sindical; e b) pôs em aceno uma contrarreforma sindical legitimadora do sindicalismo de Estado.

Com a crise do capital e os seus reais impactos no trabalho e processo de organização da classe trabalhadora na atualidade, propõe-se a discutir a relação entre Estado e Sindicato, fazendo uma análise da crise e do debate da luta de classes e dos seus rebatimentos nos sindicatos no contexto latino-americano, especialmente no Brasil. É importante salientar que no cenário de crise registram-se impactos significativos para o sindicalismo. Contraditoriamente, com governos democráticos, os sindicatos passam a negociar perdas de direitos para garantir a empregabilidade.

É nesse quadro que se observam novas e velhas formas de exploração do capitalismo que alteram significativamente o movimento sindical nas circunstâncias de lutas de classes. A esse respeito, advertem Cardoso e Gindin (2008, p.25).

[...] as reformas econômicas foram negociadas com o sindicalismo em troca de manutenção da legislação trabalhista, da estrutura sindical e do controle do CT sobre ela mesmo que o custo das perdas econômicas importantes para os trabalhadores, como, o aumento da informalidade, da queda dos salários reais e a desindustrialização de parte idéias do país.

Daí, a necessidade de analisar criticamente a dinâmica do movimento ampliado do capital, na contemporaneidade, no sentido de compreender o real processo de reestruturação do capital, e suas mudanças, tanto no sistema produtivo, quanto na regulação do Estado, que tem impactado diretamente no mundo do trabalho, com o exponencial desemprego e precarização das novas formas de ocupação, queda dos salários, mercantilização dos direitos sociais, o que tem alterado significativamente o perfil da força de trabalho.

É nesse cenário que são gestadas as correlações de forças para que se expresse um processo de desconstrução do mundo do trabalho, assim como, são construídas as novas formas de resistência e negociação da organização sindical. Para tanto, além da introdução e das considerações finais, o texto está estruturado em duas partes. Na primeira parte, recupera-se o debate sobre do Estado no Capitalismo Monopolista, e, a segunda parte dedica-se ao debate do sindicalismo na contemporaneidade.

2 | O ESTADO NO CAPITALISMO MONOPOLISTA

Para adentrar na discussão do sindicalismo na contemporaneidade, torna-se necessário problematizar o debate sobre Estado no capitalismo Monopolista¹, no sentido de analisar as determinações que o Estado assume no cenário capitalista pós-1970, marcado por transformações societárias recentes, na direção de demarcar o enquadramento que se constituiu a crise do movimento sindical, e, conseqüentemente, as novas estratégias que são gestadas pela classe trabalhadora, entendendo, assim, as contradições que permeiam o cenário da classe trabalhadora, com a crise do novo sindicalismo.

No campo político, cabe considerar que o Estado “[...] não é um fenômeno unívoco, isto é, igual ou idêntico em todos os momentos históricos e todos os contextos socioculturais” (PEREIRA; BRAVO, 2002, p. 26). Parte-se do entendimento do Estado, na condição de um ordenamento político complexo, instituído no contexto moderno². Segundo

1 Termo utilizado por Mandel para designar o período conhecido como o período do estágio imperialista, que teve um papel decisivo com a intervenção do Estado, alterando significativamente o padrão de sociabilidade na sociedade. Nesse estágio do Capitalismo, “[...] as funções do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas.” (NETTO, 2001, p. 25). Isto é, o Estado passa a assumir um papel central de regulador, no sentido de garantir os superlucros e favorecer o processo de consumo. Nessa direção, “[...] o Estado Burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da questão social, de forma atender as demandas da ordem monopólica [...]”, o que assegura uma estratégia para atenuar as correlações e as lutas de classes, bem como, as contradições postas. Tal cenário tende a ter uma aparência de minimização das desigualdades, e as reformas inseridas no contexto monopolista foram essenciais para assegurar acumulação capitalista e administrar as suas crises, por meio do estímulo do “[...] arsenal de políticas governamentais anticíclicas” (MANDEL, 1985, p. 340).

2 Esta reflexão demarca o entendimento que existiam formas de organização política, mas, o entendimento do ESTADO, como ordenamento político, tem um marco histórico a idade moderna. Isto é uma força exterior, como enunciava HEGEL.

Engels, o Estado nasce da dissolução da sociedade gentílica, mas, especificamente, com a instituição da propriedade privada, divisão do trabalho e da sociedade em classes. Portanto, há concepções e configurações divergentes sobre Estado, a saber: Estado de Direito³ e Estado Social⁴. É especialmente, no dinâmica do capitalismo monopolista que o Estado exerce um papel central no processo de desenvolvimento capitalista, e a organização sindical um papel importante na luta pela ampliação dos direitos trabalhistas.

Os estudos marxistas foram importantes para desconstruir a visão jusnaturalista⁵ do Estado ao demarcar que o mesmo não é concebido como algo natural, mas, que tem uma força exterior⁶, marcada por relações de poder, gestando, assim, o Estado como “[...] um modelo Estado Burguês, no marco do desenvolvimento histórico real e desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista”. Essa dimensão da exteriorização do Estado constitui uma marca importante para o desenvolvimento do pensamento marxista, o qual foi desenvolvido nos estudos de Marx.

Se observarmos o pensamento dos jusnaturalistas, e fizermos um contraponto com as sociedades atuais, observamos que, em nome de uma suposta democracia representativa, delega-se total poder ao Estado, mas o fundamento central é a legitimação do poder do capital. É importante considerar que a natureza democrática do Estado exerce um papel imprescindível na legitimação da ordem capitalista, e, conseqüentemente, consegue - não por meio da força - mas, por meio do consenso, a incorporação de valores burgueses no processo de sociabilidade, reforçando o caráter ideológico do Estado, defendido por Gramsci⁷.

Com isso, podemos elucidar que, ao longo da história, o alargamento do estilo democrático do Estado permitiu a ampliação do seu poder de forma mais branda e mais dilatada, desenvolvida pela via do processo ideológico, nos marcos do Estado Social.

3 Conhecido como um ordenamento jurídico, regido pelas leis, que instituiu o princípio da legalidade como atributo e requisito essencial para o cumprimento do poder. Sendo regido pela ideologia do liberalismo. “[...] o Estado de Direito caracteriza-se por uma constituição meramente formal, rígida, restrita à organização e funcionamento do Estado, instituída fundamentalmente por oposição ao poder absoluto, de antagonismo da sociedade civil com o poder do Estado. (SIMÕES, 2013, p.283). Cabe sinalizar, entretanto, que a lei vai no sentido de afirmar os interesses da classe dominante.

4 Concebido como uma complexa organização social. É no contexto histórico do século XX, especialmente com a intensificação do processo de pauperização e da Revolução Industrial, que se modifica o papel do Estado, o qual passou a assumir um caráter regulador e intervencionista, com o rótulo do Estado de Bem-Estar Social, conhecido como *Welfare State*. “O Estado Capitalista regulador ou claramente intervencionista que, no século XX, receberia o rótulo de Estado de Bem-Estar (*Welfare State*) ou Estado Social, o qual viu-se [sic] cada vez mais envolvido com a garantia, a administração e o financiamento do seguro social e de atividades afins [...] (PEREIRA, 2002, p. 31).

5 É importante frisar que os pensadores contratualistas-jusnaturalistas constroem a base do pensamento liberal, ao defenderem o direito natural da propriedade privada, concebida como um direito inalienável, o qual será mantido por meio do Estado Soberano. Dentre os contratualistas, Hobbes (apud WEFFORTI, 2006) adquire uma expressividade na sociedade moderna, na defesa do Estado Absoluto, ao reafirmar que por meio do contrato a multidão conferia o consentimento para representá-los e tomar as decisões.

6 Essa visão de exteriorização será melhor desenvolvida nas análises de Marx, ao conceber que a força exterior tem um recorte determinado de poder. Nessa direção, Hegel (apud WEFFORTI, 2006) concebe o Estado como sujeito real que ordena, funda e materializa a universalização dos interesses jusnaturalistas e particularistas da sociedade civil.

7 Gramsci (apud WEFFORTI, 2006) amplia o conceito de Estado, destacando a análise sobre hegemonia e a influência que a mesma exerce no processo de controle do Estado na manutenção da ordem burguesa, com os aparelhos privados de hegemonia que garantem o consenso entre as classes, não por meio da violência, mas, pelo caráter ideológico.

O Estado Social teve um papel central no processo de desenvolvimento capitalista, ao garantir mecanismos para a regulação do capital, por um lado, e a proteção ao trabalho, por outro lado.

A conclusão é de que o Estado, considerado como um fenômeno histórico, construído e reconstruído nos processos de luta de classes, representa uma arena de poderes, tendo como marco o cenário do capitalismo, atuando politicamente para atender interesses contraditórios, numa lógica de assegurar a ordem vigente. Nesse sentido, trazer à tona as reflexões marxistas sobre Estado torna-se essencial para elucidar as contradições e as configurações que ele adquire no processo de desenvolvimento capitalista e no processo de organização e luta de classes.

Com as reflexões do pensamento marxista sobre a questão do papel histórico e significado do Estado, elucida-se que “[...] o Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe”. (LENIN, 1980, p 226). Com isso, compreende-se o peso que as lutas de classes ocupam no processo de reconfiguração do Estado, e conseqüentemente, a dinâmica das guerras que impulsiona a constituição do Capitalismo Monopolista de Estado.

Desse modo, Marx defendia a extinção do Estado Burguês e de uma sociedade sem classes, conquistada via revolução⁸. Apesar de Marx considerar expressivo o processo de luta na direção da legislação fabril, em que se constituiu num passo significativo na ação de reconhecimento dos trabalhadores nesse processo, como um método consciente de luta pelas melhorias das condições de vida e de trabalho e, conseqüentemente, a reafirmação das reformas sociais no capitalismo, enfatizando que esse seria o estágio inicial, significativo, para se construir a luta das classes trabalhadoras na direção da destruição do Estado.

Nessa direção, Marx (2008) defende a luta de classes, no *Manifesto Comunista*, como central para explicar a dinâmica da sociedade capitalista, perspectiva da luta de classes, ao afirmar que “[...] a história de todas as sociedades, até hoje, tem sido a história da luta de classes” (p. 8). Para Marx, o proletariado é uma classe revolucionária. Isto é,

[...] de todas as classes que se contrapõem à burguesia, só o proletariado constitui uma classe verdadeiramente revolucionária. Todas as demais se arruinam e desaparecem com a grande indústria, o proletariado, ao contrário, é seu produto mais autêntico. (MARX, 2008 p. 25).

Na condição classe revolucionária, o proletariado deve tomar o poder e abolir o antagonismo de classes e sua própria dominação, por meio do poder organizado de classe na dinâmica da luta de classes.

Assim, avaliando o princípio da luta de classes na defesa da revolução, considerado

⁸ É importante sinalizar que a ideia da revolução presente na obra de Marx expressa o processo de luta para a conquista do poder pela classe operária, reforçando, assim, o princípio da luta de classes, a defesa da ditadura do proletariado. Entendida como uma construção histórica, a revolução requer um processo amplo de organização das massas trabalhadoras e, conseqüentemente, o processo de consciência.

como um processo histórico que se desenvolve de forma dialética e permeado de contradições. Defende, portanto, a tomada da consciência como uma questão importante para mobilizar o proletariado, imerso no processo de alienação do sistema produtivo, ao rever as contradições e as causas que determinem a exploração e expropriação capitalista.

Nessa direção, a questão da consciência de classe constitui uma das grandes preocupações do processo revolucionário, nas reflexões de Marx, numa perspectiva de fortalecer a organização política da classe trabalhadora, afinal, exige-se investir esforços no processo de conscientização de classe, por meio da organização política. Isto é, “[...] somente a consciência do proletariado pode mostrar a saída para a crise do capitalismo” (LUKÁCS, 2003, p. 183).

Para tanto, deve-se entender a consciência de classe como ação histórica no processo de luta de classes, haja vista que a

[...] consciência não é, portanto, nem a soma, nem a média do que cada um dos indivíduos que formam a classe pensa, sente etc. [...] não consiste numa ação do pensamento, mas, em uma [...] ação historicamente decisiva da classe como totalidade. (LUKÁCS, 2003, p. 142).

Com isso, percebe-se peso político atribuído à consciência, no cenário de luta de classes, afinal, as classes disputam ideologicamente a consciência de classe. Daí a importância de se entender o Estado como um órgão de dominação de classe, a serviço da burguesia, e do papel ideológico que tem na personificação das classes, tornando impossível a emancipação da classe oprimida, e, por conseguinte, defendendo a revolução e a extinção. No contexto de crise, crescem as investidas do poder ideológico de referência de classe e reforço do individualismo, que demanda uma atuação intensiva do proletariado no campo da luta social, para desvendar ou disseminar o caráter contraditório da consciência de classe.

Os determinantes históricos do capitalismo, especialmente do capitalismo monopolista, com a institucionalização do Estado Social, contribuíram para o alargamento do debate das lutas de classe, e também da visão ampliada do Estado na visão marxista, conhecida como o movimento de difusão do conceito de Estado Ampliado, passando a colocar em debate a “autonomia relativa do Estado” e as suas contradições, o que nos remete a pensar que o Estado, mesmo com corte de classe definido, possibilita, contraditoriamente, a abertura e a implantação de medidas que possam beneficiar a classe proletária, a exemplo do Estado Social, sem que as mesmas interfiram na sua ordem estabelecida, o que tem tensionado o processo de lutas de classes e de reconfiguração do capitalismo monopolista. Coloca-se em pauta o debate sobre a perspectiva da defesa das reformas no próprio capitalismo, numa direção para construir a revolução.

Tais acontecimentos históricos podem contribuir para entender, no cenário atual de crise do capital, a crise do sindicalismo, e, conseqüentemente, a sua defesa por um

sindicalismo propositivo, mais próximo da tendência da perspectiva da social democracia⁹, na defesa das reformas na lógica capitalista, modificando o seu campo de atuação de uma perspectiva combativa, isto é, coloca-se em defesa a luta pela melhoria das condições de exploração, pautadas num processo de negociação, perdendo-se o horizonte da luta pela revolução, especialmente, no palco dos sindicatos.

Ante o que foi exposto, não se pode desconsiderar a importância do capitalismo monopolista no estágio de acumulação capitalista, bem como, pensar que o seu cenário de crise tem provocado uma tensão no Capitalismo Monopolista de Estado, o que tem redefinido suas perspectivas de ação e enfretamento. Daí pode-se elucidar que “[...] crise contemporânea do Estado Nacional Burguês não pode ser separada da crise da relação de produção capitalista” (MANDEL, 1985, p. 410). Isto explica a intrínseca relação entre Estado e Capitalismo, com a utilização da força estatal num processo de intenso mecanismo de regressão dos direitos e conquistas trabalhistas em resposta ao capital. Tal questão tem sido atenuada no contexto contemporâneo do capitalismo brasileiro, sendo reatualizada por um processo de militarização e assistencialização da pobreza. (NETTO, 2013)

No contexto de crise do capital, aumento do desemprego e precarização das condições de vida e de trabalho, e enfraquecimento do Estado Social, acentuam-se as medidas regressivas e repressivas: o Estado Penal, por meio do crescimento dos investimentos nas medidas violentas e repressivas aos sujeitos que estão marginalizados no sistema.

Dessa forma, coloca-se em cena um período de ofensiva do capital, marcado pelo processo extremo de destruição da ordem do trabalho e fragmentação das organizações trabalhistas. Tal cenário tem favorecido a ascensão da tendência reformista no movimento sindical.

Contraditoriamente, apesar de em alguns momentos os sindicatos defenderem bandeiras mais gerais que englobem a esfera social, os mesmos acabam reforçando a luta pelas melhorias nas condições de exploração. A esse respeito, Rosa Luxemburgo adverte sobre as limitações da atividade sindical na luta mais ampla na sociedade e, conseqüentemente, na construção da emancipação humana, ao defender que “[...] a atividade dos sindicatos reduz-se, essencialmente, à luta para aumento dos salários e para a redução do tempo de trabalho, procura unicamente ter uma influência reguladora sobre a exploração capitalista” (1990, p. 48). Essa premissa leva a uma perspectiva da luta pela defesa das reformas sociais, perdendo de vista a compreensão da construção da ditadura do proletariado em direção da percepção da emancipação humana.¹⁰ Podemos elucidar

9 Para Rosa Luxemburgo (1990), a socialdemocracia atuou numa perspectiva de refutar a luta de classes, isto é, “negou a base de sua própria existência”. A perspectiva desses partidos defenderem a reforma e conseqüentemente, a ordem vigente, que tem sido reforçado hoje, uma democracia mais formal do que realmente assegure um processo de interferência e luta da classe trabalhadora no poder.

10 A discussão sobre emancipação humana é uma temática complexa e central, que requer um maior aprofundamento, que não daremos conta nos limites deste trabalho. Sinalizar essa discussão, torna-se essencial, no sentido de compreender que a emancipação humana, na perspectiva marxista, vai além do horizonte da emancipação política,

que tal influência perpassa os movimentos sociais, especialmente na contemporaneidade, com o incentivo ao particularismo e das lutas setoriais, em detrimento do fortalecimento das lutas coletivas.

Com isso, a história tem mostrado que no Brasil, como no restante da América Latina, apesar das resistências, tem caminhado para uma perspectiva da reforma dentro da ordem do capital, o que podemos elucidar que, em um período histórico, as reformas foram implementadas tendo como horizonte um cenário menos perverso para a classe trabalhadora, haja vista que a contemporaneidade vai numa direção contrária de “desordem do mundo do trabalho” que impacta negativamente nas condições de reprodução da classe trabalhadora e do movimento sindical.

Apesar desse cenário, acredita-se, como afirma Mauro Iasi (2011, p,8), que “[...] é na dinâmica da luta entre as classes que se combinam elementos objetivos e subjetivos que podem levar a formação do proletariado [...]” na perspectiva da construção de sociabilidade humana emancipada. Tendo esse horizonte, torna-se fundamental problematizar sobre os rumos do sindicalismo na contemporaneidade.

3 | SINDICALISMO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O debate do movimento sindical na contemporaneidade é indissociável da análise dos impactos do mundo do trabalho no cenário neoliberal, tendo em vista que as alterações no sistema produtivo e na forma de regulação do Estado favorecem o contexto que se constituiu a crise do movimento sindical e, conseqüentemente, as novas estratégias que são gestadas pela classe trabalhadora, entendendo, assim, as contradições que permeiam o cenário da classe trabalhadora com a crise do novo sindicalismo¹¹.

Assim, a crise do sindicalismo associa-se à crise capitalista pós 1970¹², que traduz um intenso processo de alterações no modo de produção (fordista-taylorista) e no modo de regulação de Estado, e que são inseridas mudanças significativas no mundo do trabalho, que impactam diretamente na perda de poder aquisitivo da classe trabalhadora e da perspectiva intervencionista do Estado.

Como resposta à crise estrutural do capital, coloca-se em cena um processo de conquistada pela burguesia, no processo de luta, na formação do Estado, requer a superação da ordem burguesa.

11 Novo sindicalismo significou um movimento político do movimento sindical, que teve a liderança política do então metalúrgico, Luiz Inácio Lula da Silva, na defesa das condições de trabalho e lutas salariais. Tal movimento teve um papel fundamental na construção do Partido dos Trabalhadores (PT) (1980) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (1983), cuja proposta era a extinção dos sindicatos por classe para fortalecer a perspectiva dos sindicatos por ramo de profissão.

12 Especialmente, considerando que a crise capitalista pós 1970 colocou em xeque “os anos dourados do capitalismo”, isto é, a fase áurea de crescimento do capitalismo e de redistribuição significativa de parte dos ganhos para a classe trabalhadora. Momento áureo também para a organização desta classe. Dentre os traços mais evidentes para o quadro de crise destacam: queda da taxa de lucro; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; hipertrofia da esfera financeira; maior concentração de capitais associado às fusões dos capitalistas monopolistas e oligopolistas; incremento acentuado de privatizações, desregulamentações das relações e dos vínculos trabalhistas. Tais questões provocaram um declínio do movimento operário e uma ofensiva política e econômica do capital no processo de desmonte do Estado Social.

reestruturação produtiva do capital, tendo como emergência o modo de produção neoliberal, que consiste na defesa da economia internacional seja autorregulável, e, portanto, não deve prescindir da intervenção do Estado.

O processo de acumulação capitalista tem impulsionado um amplo reordenamento do capital, ocasionando uma desregulamentação do Estado e destruição do trabalho, resultando em consequências drásticas para a classe trabalhadora: privatização, redução do capital produtivo, desregulamentação das condições de trabalho e flexibilização dos direitos sociais, enfraquecimento e comprometimento do movimento sindical.

Segundo Netto

[...] as exigências imediatas do grande capital, o projeto restaurador, viu-se resumido no tríptico mote da flexibilização (da produção das relações de trabalho) desregulação (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da privatização (do patrimônio estatal) (1999, p.6).

Com isso, coloca-se em cena uma nova funcionalidade do Estado no processo de reprodução capitalista, que, a partir de um conjunto de reformas tem a missão de liberar para o capital todas as reais condições para sua exploração, o que implica um total desmonte dos direitos e do patrimônio público, entrando uma era do capital financeiro

Segundo Mattoso (1996), há inversão nas relações e na contratação da força de trabalho, através da redução dos níveis de segurança do trabalho, da relação salarial, do padrão de consumo e da desestruturação do movimento sindical, além do desemprego estrutural.

Nesse cenário, as conquistas históricas dos trabalhadores são revertidas, fragilizadas, diante dos baixos salários, bem como nas duras condições de trabalho, aliadas à perda do poder político dos sindicatos. Para Braga (2012, p. 187), “[...] o aumento do desemprego e a repressão aos sindicatos fragilizam ainda mais a capacidade de defesa dos trabalhadores brasileiros, bloqueando severamente a mobilidade econômica”. Com isso, presenciamos a tendência da eliminação dos postos de trabalho, da desfiliação sindical, precarização e terceirização ¹³.

A esse respeito, podemos ilustrar que o capitalismo tem intensificado significativamente o processo de economia, provocando alterações significativas no mercado de trabalho marcadas por acentuados processos de precarização da vida e das condições do trabalhador. Corroborando Netto (2013, p. 8), pode-se elucidar que, “[...] a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da informalidade”. Para tanto, as novas e as velhas contradições da crise capitalista, nos marcos neoliberais, têm intensificado o movimento de desconstrução e desestruturação do mundo do trabalho e da organização sindical.

13 É importante sinalizar que, neste momento histórico, tramita no Congresso Nacional a aprovação da emenda parlamentar 4.330, que coloca a regulamentação da terceirização, isto é, sua expansão e ampliação em todas as esferas, desregulamentando ainda mais o cenário do trabalho.

Em relação à questão da organização sindical, ressalta-se a sua crise marcada pelo processo de tensionamento dos sindicatos como representação da classe trabalhadora e pela burocratização e crise sindical ¹⁴. Aliado a ameaça do desemprego e das perdas de conquistas trabalhistas.

A esse respeito, Netto (1996, p. 99) chama a atenção para o processo de “[...] dessindicalização e os impasses dos partidos políticos populares, e ao mesmo tempo em que emergem no seu espaço ‘novos sujeitos coletivos’, de que, os novos movimentos sociais são o sinal mais significativo [...]”, ou seja, da interferência política nos sindicatos, especialmente, nos governos democráticos, em que o poder da interferência e controle dos sindicatos por parte do Estado intensifica-se, levando para distanciar da perspectiva mais crítica e aproxima-se de uma perspectiva mais reformista.

Com a construção histórica de luta do movimento sindical, na perspectiva do novo sindicalismo, coloca-se em derrocada com a ascensão do projeto neoliberal e com as propostas reformistas do sindicato ¹⁵, cujo auge foi a materialização da reforma sindical ¹⁶, ao propor um novo reordenamento jurídico-institucional no campo do trabalho (direito sindical, legislação do trabalho e direito processual do trabalho) na direção de flexibilização ainda mais nas relações de trabalho e da sua organização.

O sindicato muda consideravelmente sua perspectiva, e passa de combativo a cidadão–negocial, com a participação direta dos seus representantes na gestão dos fundos de pensão.

Tais questões têm afetado diretamente o processo de sociabilidade da classe trabalhadora, ocasionando impactos efetivos no seu processo de constituição, desviando-se da perspectiva de classe trabalhadora e fortalecido as lutas particulares, perdendo de vista o seu caráter de luta pela emancipação e assumindo um caráter mais conservador/reformista, especialmente com o contexto de crise na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e crise do novo sindicalismo. É nesse cenário que a CUT, que teve um protagonismo histórico na construção do sindicalismo no Brasil, perde o horizonte de uma perspectiva crítica construída na fase da ditadura.

Aliado a esse cenário, podemos destacar os rebatimentos das medidas adotadas pelo governo Lula, com a reforma sindical, e com a entrega da previdência pública ao sistema financeiro. Tais estratégias têm levado a um processo intenso de “[...] rebaixar ao máximo patamar de sobrevivência dos trabalhadores e seqüestrar sua subjetividade “(DIAS,

14 É importante destacar segundo Alves (2016, p. 467), “[...] as centrais sindicais (CUT, CGT e Força Sindical) passam a apropriar-se dos recursos do fundo público–estatais, como o Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT), por meio da elaboração de projetos de qualificação profissional de acordo com a lógica do toyotismo sistêmico”. Isso reforça a lógica simplista que o problema da empregabilidade reside na qualificação.

15 Os sindicatos passam a defender a perspectiva da negociação como direção para o enfrentamento da relação capital e trabalho.

16 Regulamentada no governo Lula, a reforma sindical deve ser entendida não apenas como uma alteração na legislação, mas, como um conjunto de medidas adotadas no campo do trabalho que provocam um reordenamento jurídico, favorecendo a livre negociação, o incentivo às federações e sustentação das entidades por meio da contribuição associativa.

2006, p.184).

Apesar das contradições postas, pode-se afirmar que a ascensão ao poder do Partido dos Trabalhadores (PT) não modificou o quadro esperado, e, nem de longe, se propagou uma transformação na perspectiva diferente do capital. Apesar de um governo de esquerda, a agenda política manteve as diretrizes liberais, o que leva a questionar se a chegada do PT ao poder não permitiu uma mudança na sua direção política.

Com isso, pode-se afirmar que no âmbito das “[...] personificações do capital podem trocar a pele, mas, não poderiam eliminar os antagonismos do sistema do capital, nem remover os dilemas que confrontam o trabalho” (MESZÁROS, 2011, p. 764).

Colocam-se em debate novas questões reivindicatórias para o cenário de lutas, tais como, as de gênero, racial, ambiental e geracional, que tendem a reforçar a perspectiva das lutas setoriais, em detrimento das lutas mais amplas.

O que está posto é a perda da defesa da categoria de classe social, como referência para entender as lutas no campo da relação capital *versus* trabalho, para defesa dos novos movimentos sociais. Perdendo de vista o seu caráter de luta pela emancipação, e assumindo um caráter mais conservador/reformista, especialmente com o contexto de crise na CUT e crise do novo sindicalismo, o que presenciamos é uma mudança drástica do sindicalismo combativo dos anos 1980 para um sindicalismo defensivo de conciliação nos anos de 1990. Com isso, testemunhamos uma mudança significativa no perfil dos trabalhadores. E, como diz Antunes (1998), na formação de uma classe trabalhadora heterógena, fragmentada e complexificada.

Tudo isso nos leva a constatar que, na dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, tem-se intensificado um processo de desenvolvimento do capitalismo, marcado, por um lado, pela superexploração do trabalho e, por outro lado, pela passivização das lutas sociais que historicamente foram mantidas sob o controle do Estado e das classes dominantes.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, as reflexões apontam para um cenário totalmente desfavorável para a organização política, colocando em cena o debate do fim da luta de classes e o fim da organização sindical com o fortalecimento das lutas particulares dos segmentos dos trabalhadores (mulheres, negros, índios e outros). Todas as mudanças apontadas têm impactado diretamente no processo de organização, resistência e luta dos trabalhadores. Como afirma Mandel “[...] o esmagamento dos sindicatos e de todas as outras organizações operárias e a resultante atomização, intimidação e desmoralização condenaram toda uma geração de trabalhadores a uma perda de sua capacidade de autodefesa [...]” (1985, p. 113), marcada pela expansão da fragmentação e refluxo do movimento sindical.

Portanto, esse campo, amplamente contraditório, em que grandes representações sindicais, tendem mais para o campo das reformas, enquanto segmentos progressistas,

minoritários, buscam alianças para consolidar um horizonte de mudanças na construção do caminho da revolução, nos tem mostrado a necessidade de problematizar essas questões, com vistas a possibilidade de construção de novas estratégias de enfrentamento, afinal, espera-se que o cotidiano da luta de classes possa apresentar alternativas nos próximos tempos.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo.2000.

ALVES, G. Notas sobre o golpe de 2016 no Brasil - Neodesenvolvimentismo ou crônica de uma morte anunciada. In: LUCENA, C.; PREVITALI, F. S.; LUCENA, L. (Org.). **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia (MG): Navegando Publicações, 2017, p. 129-148. Disponível em: <https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_final> Acesso em: 18 out. 2020.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BRAGA, R. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo; USP, 2012. (Mundo o trabalho).

CARDOSO, A. M.; GINDIN, J. **Relações de trabalho, sindicalismo e coesão social na América Latina**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso; Santiago do Chile: Corporación de Estudios para Latinoamérica (Cieplan), 2008. 78p. Contribuição ao projeto: “Coesão social em democracia na América Latina”. Disponível em: <[HTTP://www.ifhc.org.br/](http://www.ifhc.org.br/)>.

COUTINHO, C.N. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1996.

DIAS, E. F. **Política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006. (Parte II).

IASI, M.L. **Ensaios sobre consciência e emancipação**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

LENIN, V. L. U. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega. 1980, v. 2.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. Estudos sobre a dialética marxista. Tradução: Rodnei Nascimento. Revisão da tradução: Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, R. **Reforma social ou revolução**. 2 ed. São Paulo: Global. 1990

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1996.

MARX, K. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo. 2010a.

MARX, K. (1843). **Sobre a questão judaica**. Apresentação e posfácio: Daniel Bensaïd. Tradução de Karl Marx: Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo. 2011

MARX, K.; ENGELS, F. (1848). **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Victor Hugo Klagsbrunn. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MESZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J.P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, v. 17, n. 50, p.87-132, abr.1996.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, J.P. **Uma face contemporânea da barbárie. Novos Rumos**. v. 50 n. 1 (2013). DOI: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2013.v50n1.3436>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

PETRAS, J. **América Latina**: imperialismo, recolonización y resistência. Uito: Ediciones Abya-Yala, 2004.

PEREIRA, P. A. P; BRAVO, M. I. S. Política social e democracia. 2 ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

SIMÕES, C. **Teoria e crítica do direito**: o estado social e o estado democrático de direito. São Paulo: Cortez. 2013.

WEFFORT, F. Os clássicos da Política. V. 1 e 2. 11 ed. São Paulo: Atica, 2006.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80

Ações afirmativas 65, 66, 157, 158, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 179

Assistência estudantil 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Assistente social 6, 7, 9, 12, 17, 18, 19, 27, 29, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 127, 147, 148, 150, 151, 155, 169

C

Código de ética 7, 25, 48, 49, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 68, 76, 79, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 100, 102, 103, 151, 152, 153

CRESS 37, 48, 68, 72, 77, 79, 89, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Crise do capital 7, 8, 9, 90, 91, 110, 114, 115

Crise estrutural do capital 26, 92, 116

D

Dialética 3, 4, 15, 17, 19, 32, 34, 36, 38, 39, 114, 120, 213

Direitos humanos 54, 64, 67, 70, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 97, 134, 135, 140, 141, 156, 177, 179, 182, 217

Diretrizes curriculares 7, 9, 25, 28, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 47, 100, 102

Docência 43, 44, 45, 46, 47, 48, 232

E

Envelhecimento 220, 221, 222, 224, 225, 230

Estado mínimo 122, 125, 128, 134

Estado no capitalismo monopolista 111

Estatuto da cidade 194, 196, 203

Ética profissional 7, 25, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 68, 84, 85, 86, 97, 100, 102, 152, 153

F

Forças produtivas 3, 4, 8, 13, 52, 122, 124

Formação profissional 9, 11, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 69, 75, 88, 96, 109, 141, 143, 144, 150, 151

I

Identidade profissional 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 63

Interações familiares 223

Interiorização 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 176

M

Marx 3, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 34, 35, 56, 58, 87, 89, 112, 113, 114, 120, 121, 124, 132, 174, 180

Mercantilização da educação superior 91

Movimento de reconceituação 21, 23, 25, 33, 34, 39

N

Neoliberalismo 8, 20, 25, 26, 27, 29, 86, 91, 122, 125, 131, 170, 176, 178, 180

P

Parâmetros curriculares nacionais 215

Pesquisa participante 193, 196

Planejamento urbano 194, 195, 196

Pluralismo cultural 214, 218

Políticas públicas 7, 18, 57, 66, 70, 71, 72, 78, 83, 87, 98, 125, 126, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 158, 164, 167, 171, 183, 187, 188, 206

Programa Bolsa Família 137

Programa de Educação Tutorial (PET) 205

Projeto de extensão 142, 144, 146, 147, 148, 232

Projeto ético político 42, 54, 66, 77, 79, 97

Q

Questão social 6, 20, 21, 22, 28, 30, 31, 36, 40, 50, 53, 54, 55, 67, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 92, 98, 100, 111, 126, 127, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 150, 172, 187

R

Racionalidade humana 2, 3, 10, 210

Racismo 50, 52, 53, 54, 55, 56, 108, 158, 163, 164, 167, 169, 174, 189, 190, 191

Redes de apoio social 224, 230

Relato de experiência 99, 108, 109, 152, 155

Rodas de conversa 148

S

Serviço social 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 121, 126, 127, 132, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 169, 181, 191, 221, 231, 232

Sindicalismo 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120

Sociedade burguesa 1, 2, 3, 9, 13, 14, 62

T

Terceiro setor 122, 126, 128, 131, 132, 224

V

Velhice 221, 223, 224, 229, 230

Violência 51, 52, 55, 57, 77, 83, 84, 86, 88, 92, 112, 126, 127, 130, 135, 139, 141, 188, 189, 191, 192, 216, 217, 218

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

Atena
Editora

Ano 2021